

## **Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM de 2024.**

No dia 21 de fevereiro de 2024 reuniram-se, às 14h40min, presencialmente, na sede do IPREM, os membros do Comitê de Investimento, André Albuquerque Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo, Anderson Mauro da Silva, presidente do Conselho Fiscal, Daniel Vieira, Diretor-Presidente do IPREM e Evelyn de Souza Faria, nomeada pela Portaria 29/2024 Diretora Financeira a partir de 01/02/2024. Desde fevereiro de 2023, o Comitê está sem um substituto para a vaga no Comitê para o Diretor de Contabilidade, pois não há servidor efetivo para ocupá-la. Os membros se reuniram para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos;**
- 2) Apresentação das Receitas e Despesas de dezembro/2023 e janeiro/2024;**
- 3) Apresentação e deliberação sobre o relatório de aderência da carteira investimentos à Política anual de Investimentos de 2023.**
- 4) Apresentação do cenário econômico;**
- 5) Assembleia do Fundo “Recuperação Brasil”.**
- 6) Movimentação de recursos dos fundos do IPREM.**

**Quanto ao item 1:** Foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente a janeiro. A carteira líquida teve rentabilidade negativa de R\$ 873.820,60, representando -0,19%, a carteira ilíquida teve rentabilidade negativa de R\$ 886.012,81, representando -1,83%. Na carteira total o resultado negativo foi de R\$ 1.759.833,41, equivalente a 0,35%, ficando 43,54% abaixo da meta atuarial para o período, que foi de IPCA + 4,81%. Foi apresentada a tabela de acompanhamento da PAI. Não há nenhum desenquadramento em artigos da Resolução CMN 4963/2021, porém há 6 fundos com o patrimônio superior ao permitido por fundo. O desenquadramento é referente à aplicação nos fundos ilíquidos, nos quais não é possível fazer resgate. A redução registrada do patrimônio da carteira líquida do IPREM em janeiro de 2024, em relação a dezembro de 2023, foi de aproximadamente 11 milhões, de 448mi para 437mi. A redução se justifica em razão da receita de contribuição do mês de dezembro e o décimo terceiro terem entrado no mês de dezembro. O valor diminuiu por conta do pagamento da folha dos aposentados (R\$ 6.493 milhões, aproximadamente), da transferência dos valores da taxa de administração (R\$ 3.644.290,78), da rentabilidade negativa do mês (R\$ 873.820,60) e da transferência dos valores para o “Pró-gestão” (R\$ 728.858,16). **O relatório foi aprovado por unanimidade.**

**Quanto ao item 2:** A Diretora de Contabilidade encaminhou as informações referente às Receitas e Despesas de dezembro, que foram apresentadas conforme segue: as receitas e despesas orçamentárias da fonte de recurso fonte 1800. No período de dezembro as receitas

orçamentárias fonte 1800 oriundas de contribuição previdenciária totalizaram R\$ 14.525.324,61; de aluguel: R\$ 13.200,00; COMPREV: 1.021.008,37; rentabilidade de fundos com resgate total: R\$ 79.344,26. O valor total das receitas: R\$ 15.638.877,24. A despesa orçamentária empenhada na fonte 1800 e 2800 oriunda de despesas como aposentadorias, pensões, COMPREV e sentenças judiciais totalizou o valor de R\$ 9.576.716,32. A Diretora de Contabilidade encaminhou as informações referente às Receitas e Despesas de janeiro de 2024, que foram apresentadas conforme segue: as receitas e despesas orçamentárias da fonte de recurso fonte 1800. No período de dezembro as receitas orçamentárias fonte 1800 oriundas de contribuição previdenciária totalizaram R\$ 129.468,56; COMPREV: R\$ 622.961,87. O valor total das receitas: R\$ 752.430,42. A despesa orçamentária empenhada na fonte 1800 e 2800 oriunda de despesas como aposentadorias, pensões, COMPREV e sentenças judiciais totalizou o valor de R\$ 6.639.293,31. A receita de contribuição, em janeiro, foi menor porque a Prefeitura antecipou os pagamentos de janeiro em dezembro.

**Quanto ao Item 3:** Evelyn fez a apresentação do Relatório Anual de Investimentos, referente a 2023, que se encontra anexo à ata. O relatório foi aprovado por unanimidade.

**Quanto ao item 4:** Segundo análise da Caixa, o cenário econômico, quanto ao mercado exterior, no dia 31/01/2024 o FOMC decidiu novamente por manter os juros básicos estáveis no intervalo [5,25% a 5,50%] ao ano, em linha com o consenso do mercado. Com relação à conjuntura econômica, a reavaliação do Comitê indicou que a atividade econômica seguiu expandindo a um ritmo sólido, que os ganhos de empregos moderaram desde o início do ano passado, mas seguem fortes, mantendo a visão de que o desemprego permanece baixo. A inflação arrefeceu ao longo do último ano, mas permanece elevada. Foram reiteradas as menções à solidez do sistema bancário e ao aperto de condições financeiras. O FOMC está altamente atento aos riscos e irá continuar avaliando as novas informações disponíveis e suas implicações para a política monetária. Além disso, julga que os riscos ao redor dos seus objetivos de máximo emprego e inflação média de 2,0% estão se movendo na direção de um maior equilíbrio. Durante a conferência de imprensa após a decisão, o presidente do FED, Jerome Powell, trouxe a avaliação de que o Comitê está confiante de que a inflação está convergindo para o objetivo, mas que é preciso ter uma confiança ainda maior para iniciar o ciclo de flexibilização. Nesse sentido, entende ser pouco provável adquirir essa confiança adicional até a reunião de março. No mercado nacional, o IPCA avançou +0,42% (M/M) em janeiro, desacelerando em relação ao observado no mês anterior. O índice acumulou alta de +4,51% em 12 meses (ante +4,62% em dezembro), desacelerando assim nessa base comparação. Na reunião do Copom, em 31/01, o Bacen decidiu reduzir a taxa básica de juro de 11,75% para 11,25%a.a. Acerca do conteúdo do comunicado, praticamente não houve mudanças relevantes, números de projeções praticamente iguais ao do penúltimo comunicado e a sinalização é a continuidade de corte de 0,5pp nas duas próximas reuniões. O COPOM ressaltou que, em seus cenários para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as

direções. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário destacam-se as pressões inflacionárias globais e uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada. Entre os riscos de baixa, o BC ressaltou uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada e os impactos do aperto monetário sobre a desinflação global se mostrarem mais fortes do que o esperado.

**Quanto ao item 4:** Na data de 19/02 a “Intrader”, na qualidade de administradora do fundo “Recuperação Brasil”, convocou assembleia cuja pauta era a aprovação de aportes no fundo. Caso os aportes fossem reprovados, a administradora renunciaria à administração e o fundo poderia ser liquidado. O item foi reprovado por 57% dos cotistas e o administrador renunciou, porém o gestor já tinha contatado a empresa “CM Capital” possível administradora. Após o encerramento da assembleia foi encaminhada proposta e convocada nova assembleia para substituição do gestor no dia 01/03.

**Quanto ao item 5:** Está prevista uma compensação da COMPREV no valor de aproximadamente R\$ 620 mil reais para o mês de março. Foi proposto que esses recursos fossem aplicados no fundo “BB Prev RF Retorno Total”. Os recursos irão para o fundo “BB Prev RF Retorno Total” pois é um investimento enquadrado no Inciso VII, 1, b, o qual investe recursos em títulos públicos federais - risco soberano. Quanto ao risco da movimentação, não haverá risco de crédito pois os recursos serão aplicados em fundos com 100% de títulos públicos com crédito soberano. Quanto ao risco de mercado, o gestor do fundo tem liberdade em definir a estratégia de investimento, desde que sejam aplicados apenas em títulos públicos. Atualmente o fundo está considerado na carteira de renda fixa intermediária. O fundo alocado possui alta liquidez, com prazo de resgate D+3. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". A alocação não gera risco jurídico pois os fundos investidos são 100% títulos públicos e o risco sistêmico é baixo, uma vez que os títulos públicos de curto prazo apresentam pouca volatilidade. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Foi proposta a seguinte movimentação: resgate de 1,5 milhão do fundo “IRF-M Caixa” para aplicação no fundo “Caixa Construção Civil”. À movimentação representa aumento considerável do risco de mercado uma vez que serão resgatados recursos de renda fixa e aplicados em renda variável. A estratégia, se justifica em função da manutenção do percentual da carteira do instituto aplicada em renda variável nacional, uma vez que em janeiro houve forte queda na renda variável nacional, criando uma janela de oportunidades. Foi apresentado um comparativo de índices de preço P/L, P/VP e P/EBIT entre as 50% e 80% maiores posições de alguns fundos de ações, que seguem anexos à ata. Os fundos em que os recursos serão alocados possuem alta liquidez, com prazo de resgate D+3. O fundo resgatado possui prazo de resgate D+1. Não há alteração no risco de crédito ou risco jurídico, uma vez que os fundos de ações e os fundos IRF-M não possuem crédito privado. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do

Departamento de Finanças". Quanto ao risco sistêmico, há elevação, uma vez que os fundos de ações são muito mais voláteis do que os fundos IRF-M. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Resgate de 250 mil reais do fundo Itaú Europa, com aplicação do valor no Itaú Alocação Ativa e resgate de 250 mil do fundo Santander IRF-M e aplicação no fundo Santander Global Equities. A movimentação não gera alteração dos riscos, pois apenas são movimentados fundos com perfil similar para evitar a movimentação interbancária. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Foi proposto manter autorização para compra de 10 milhões em NTN-B 2050, com resgate do fundo “BB Alocação Ativa retorno Total”, caso a taxa alcance 5,81%. Quanto à última movimentação, há aumento de risco de mercado, pois a NTN-B 2050 possui uma volatilidade superior ao fundo “Alocação Ativa Retorno Total” porque será marcado a mercado, não há alteração do risco legal, uma vez que tanto o possível fundo resgatado quanto a NTN-B são títulos públicos, não há alteração no risco de crédito, uma vez que todos são títulos públicos e há um aumento do risco sistêmico pois à movimentação aumenta a duration do investimento em títulos públicos do IPREM, logo eventos de grande porte impactam mais a carteira, tanto favoravelmente quanto negativamente. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.**

Nada mais havendo por tratar, a reunião fica encerrada às 17h40min. Foi lavrada por mim, André Albuquerque, a presente ata, assinada por todos os membros presentes do Comitê de Investimentos.

Daniel Ribeiro Vieira  
Presidente

André Albuquerque  
Membro

Anderson Mauro da Silva  
Membro

Evelyn de Sousa Faria  
Membro